

PSICOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anderson de Oliveira Moraes Borges¹
Ismael Santos Araújo²

RESUMO: A Psicologia Social tem ampliado sua atuação no campo das políticas públicas, especialmente na assistência social, contribuindo para práticas mais humanas e transformadoras. O presente trabalho propõe refletir criticamente sobre esse processo e seus desafios. O objetivo geral deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre a Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social, analisando suas contribuições para a inclusão social e enfrentamento das desigualdades. A metodologia adotada foi qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica sistemática de dez artigos científicos publicados entre 2015 e 2025. Os resultados apontam que a Psicologia Social tem papel essencial na mediação entre sujeitos e políticas públicas, promovendo o fortalecimento de vínculos, a escuta ativa e o reconhecimento da diversidade social. Conclui-se que, embora o campo ainda enfrente desafios institucionais e éticos, a psicologia pode atuar como agente de transformação social, desde que comprometida com a justiça social e a equidade.

1

Palavras – chave: Políticas Públicas. Assistência Social. Vulnerabilidade. Inclusão Social.

ABSTRACT: Social Psychology has expanded its role in the field of public policies, especially in social assistance, contributing to more humane and transformative practices. This paper proposes to critically reflect on this process and its challenges. The general objective of this paper is to conduct a bibliographic review on Social Psychology in public social assistance policies, analyzing its contributions to social inclusion and addressing inequalities. The methodology adopted was qualitative, exploratory in nature, based on a systematic bibliographic review of ten scientific articles published between 2015 and 2025. The results indicate that Social Psychology plays an essential role in mediating between subjects and public policies, promoting the strengthening of bonds, active listening and the recognition of social diversity. It is concluded that, although the field still faces institutional and ethical challenges, psychology can act as an agent of social transformation, as long as it is committed to social justice and equity.

Keywords: Public Policies. Social Assistance. Vulnerability. Social Inclusion.

¹Bacharelado em Serviço Social pelo Centro Universitário UNIFAVENI.

²Docente Orientador do Centro, Universitário UNIFAVENI.

I INTRODUÇÃO

A Psicologia Social desempenha um papel fundamental no contexto das políticas públicas de assistência social, pois oferece uma compreensão aprofundada dos processos sociais que afetam indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade. Essa área da psicologia examina as dinâmicas de interação entre o sujeito e seu contexto social, ajudando a compreender as desigualdades e a exclusão social (Cruz; Guareschi, 2017). A atuação da Psicologia Social nas políticas públicas visa promover uma mudança nas condições de vida das populações vulneráveis, fornecendo suporte psicossocial e estimulando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Desta forma, as políticas públicas de assistência social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm como um de seus principais objetivos garantir a proteção social e o bem-estar das populações em situação de risco (Minuchin, 2016). A Psicologia Social contribui para essas políticas ao analisar como as questões psicológicas, sociais e culturais influenciam a experiência de vulnerabilidade. Os psicólogos sociais que atuam nas equipes de assistência social têm um papel essencial em intervir diretamente nas situações de crise, oferecendo acolhimento, escuta ativa e orientações para a promoção da autonomia e dignidade dos indivíduos atendidos (Minuchin, 2016).

2

Além disso, a Psicologia Social no contexto das políticas públicas de assistência social também está comprometida com a promoção da equidade e a superação das desigualdades estruturais. Através de uma abordagem crítica, os psicólogos sociais analisam as práticas assistenciais e buscam transformá-las para que sejam mais inclusivas e efetivas, levando em consideração as necessidades específicas de cada população atendida (Soares; Machado, 2017). Isso inclui o reconhecimento das diversas formas de sofrimento psíquico e social, propondo intervenções que considerem a totalidade do ser humano, em suas dimensões psicológicas, sociais e culturais.

Assim, a integração da Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social representa uma ruptura com o modelo assistencialista tradicional, ao adotar uma abordagem mais humanizada e focada na dignidade dos indivíduos. Ao invés de simplesmente oferecer assistência, busca-se, cada vez mais, empoderar as pessoas, proporcionando ferramentas para que elas possam se inserir de maneira ativa e positiva na sociedade. A atuação da Psicologia Social dentro desse contexto, portanto, é estratégica para a construção de um sistema de proteção social mais eficaz, inclusivo e capaz de responder adequadamente às complexas

questões que envolvem as desigualdades sociais e a promoção da cidadania (Soares; Machado, 2017).

Portanto, este estudo se justifica pela crescente necessidade de aprimorar as políticas públicas de assistência social, considerando a complexidade das questões sociais que afetam as populações em situação de vulnerabilidade (Menz; Camargo, 2020). Ao integrar a Psicologia Social, é possível compreender de forma mais profunda as dinâmicas que envolvem a exclusão, a violência e o sofrimento psíquico, o que contribui para a construção de intervenções mais eficazes e humanizadas.

Assim, a relevância deste trabalho reside na necessidade de compreender o papel da Psicologia Social no fortalecimento das políticas públicas de assistência social, especialmente diante das desigualdades persistentes que afetam amplos segmentos da população brasileira (Senra; Guzzo, 2018). A atuação do psicólogo social no campo das políticas públicas tem se mostrado essencial para a promoção da inclusão social, da equidade e da dignidade humana.

Por meio de práticas psicossociais fundamentadas teoricamente, é possível transformar abordagens assistenciais tradicionalmente pautadas em modelos assistencialistas, contribuindo para ações mais integradas, críticas e participativas. Assim, este estudo se justifica pela importância de refletir sobre essas contribuições e ampliar o debate acadêmico e profissional acerca das interfaces entre Psicologia Social e políticas públicas de assistência (Silva; Carvalhaes, 2016).

Esse estudo visa não apenas analisar as práticas assistenciais, mas também propor abordagens que vão além do assistencialismo, promovendo a autonomia e a inclusão social dos indivíduos atendidos. Diante das persistentes desigualdades sociais no Brasil, como a Psicologia Social tem contribuído, no âmbito das políticas públicas de assistência social, para promover a inclusão social e transformar as abordagens assistenciais tradicionais em práticas mais eficazes e humanizadas?

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre a Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social, analisando suas contribuições para a inclusão social e enfrentamento das desigualdades. Como objetivos específicos, busca-se examinar os fundamentos da Psicologia Social aplicados às políticas públicas de assistência social, identificar práticas psicossociais eficazes nas políticas de assistência social e avaliar as contribuições da Psicologia Social na transformação das abordagens assistenciais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e fundamentada na técnica de revisão bibliográfica sistemática, por meio da qual se pretende analisar e compreender as contribuições da Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social. Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa é especialmente indicada para compreender significados, valores, motivações e relações sociais, o que é essencial em estudos que envolvem a análise das práticas psicossociais em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa exploratória, por sua vez, permite ampliar o conhecimento sobre um tema ainda pouco estudado de forma integrada, como é o caso da articulação entre Psicologia Social e políticas de assistência.

Assim, a revisão bibliográfica foi realizada com base no conceito apresentado por Gil (2010), segundo o qual essa técnica consiste na análise de publicações relevantes já existentes, permitindo ao pesquisador conhecer o estado atual do conhecimento sobre o tema, identificar lacunas, contradições e pontos de convergência.

Além disso, Marconi e Lakatos (2017) destacam que esse tipo de pesquisa fornece os fundamentos teóricos indispensáveis à construção do conhecimento científico, sendo essencial quando se busca consolidar conceitos e reflexões críticas sobre práticas profissionais e políticas públicas.

O levantamento de dados bibliográficos será realizado nas principais bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde), Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave combinadas entre si com o uso de operadores booleanos (AND/OR): “Psicologia Social”, “Políticas Públicas”, “Assistência Social”, “Vulnerabilidade Social” e “Inclusão Social”.

Desta forma, os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos materiais são: (1) publicações em português; (2) materiais publicados entre os anos de 2015 e 2025; (3) textos que abordem diretamente a interface entre Psicologia Social e políticas públicas de assistência social; (4) estudos com enfoque teórico ou teórico-prático sobre intervenção psicossocial em contextos de vulnerabilidade.

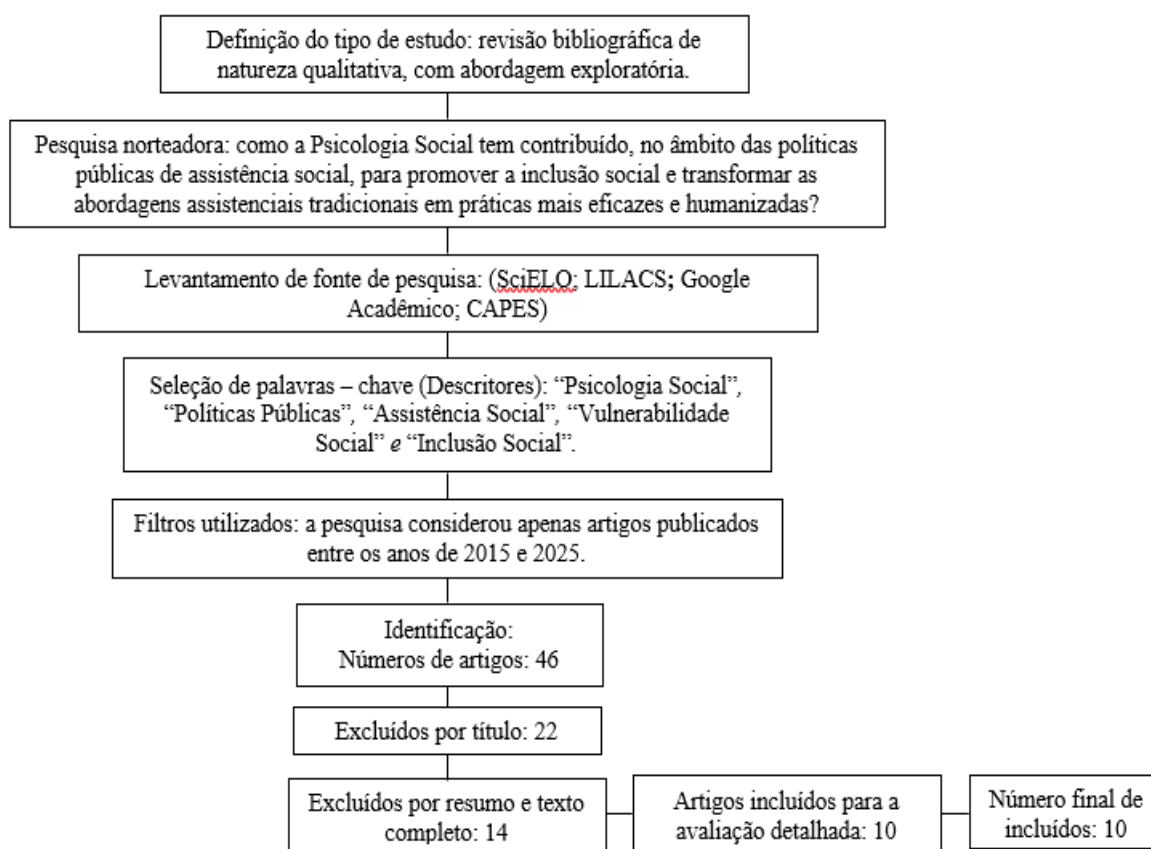
Foram também incluídas obras de referência consideradas clássicas ou fundacionais para a compreensão da Psicologia Social, ainda que anteriores a esse recorte temporal. Os critérios de exclusão compreendem: (1) textos com linguagem opinativa sem respaldo científico; (2)

materiais que não apresentem aderência direta ao tema da pesquisa; (3) duplicidade de documentos em bases diferentes e (4) artigos indisponíveis na íntegra.

A análise do material coletado foi feita com base na análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), que permite a categorização temática e a extração de núcleos de sentido dos textos estudados. Essa técnica possibilita uma leitura crítica dos conteúdos, identificando categorias analíticas como: fundamentos teóricos da Psicologia Social, práticas psicossociais nas políticas públicas, estratégias de inclusão social, e críticas às abordagens assistencialistas. A análise seguiu três etapas principais: pré-análise (organização dos materiais), exploração do conteúdo (identificação das categorias), e tratamento e interpretação dos resultados.

Portanto, os dados sistematizados foram interpretados à luz dos objetivos propostos no trabalho. A revisão bibliográfica, enquanto instrumento metodológico, permitiu compreender como a Psicologia Social tem contribuído para qualificar as ações da assistência social, especialmente no enfrentamento das desigualdades e na promoção da inclusão. Conforme demonstra o fluxograma apresentado abaixo.

Figura 1: Fluxograma ilustrativo das etapas metodológicas do presente trabalho.



Fonte: Autoria própria, 2025.

3 RESULTADOS

O Quadro 1 expõe a seleção de estudos científicos, organizados segundo autor(es), ano de publicação, título, objetivo e resultados principais, que abordam a atuação do psicólogo e do assistente social na inclusão de pessoas com deficiência em ambientes institucionais. Ressalta-se, nesse contexto, as práticas interdisciplinares, os desafios enfrentados e as contribuições para uma inclusão mais ética, humana e eficaz.

Quadro 1: Trabalhos selecionados para a elaboração do presente estudo

AUTOR(ES)/ANO	TÍTULO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
REIS, Alice Casanova; ZANELLA, Andréa Vieira (2015)	Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos	Discutir a atuação da Psicologia Social no campo das políticas públicas por meio de oficinas estéticas.	As oficinas estéticas possibilitam a reinvenção de trajetórias de vida, promovendo o empoderamento e a expressão subjetiva dos usuários da assistência social
SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo (2018)	Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público	Analisar as tensões enfrentadas por psicólogos no serviço público de assistência social.	Destacam-se conflitos éticos, burocráticos e institucionais que desafiam a prática crítica do psicólogo, exigindo articulação entre teoria e prática.
MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger (2018)	A psicologia na assistência social: transitar, travessia	Compreender o papel do psicólogo na política de assistência social.	A atuação é marcada por deslocamentos e reinvenções diante das exigências institucionais, indicando a necessidade de práticas mais críticas e comprometidas.
OLIVEIRA, Érika Cecília Soares et al. (2019)	Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em psicologia social	Analisar como a questão racial é abordada nas produções acadêmicas da psicologia social voltadas à assistência social.	Aponta-se a escassez de estudos que articulem raça e políticas sociais, evidenciando a urgência de incorporar marcadores sociais nas análises da psicologia
SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de (2016)	Psicologia e políticas públicas: Impasses e reinvenções	Refletir sobre os desafios enfrentados pela psicologia nas políticas públicas.	A atuação do psicólogo demanda criatividade e resistência às normativas institucionais, sendo campo fértil para práticas inventivas e

			comprometidas socialmente.
SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine (2017)	Escrevivências como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social	Apresentar a escrevivência como metodologia para produzir conhecimento situado em psicologia social.	A escrevivência permite valorizar experiências subjetivas e coletivas, potencializando a escuta e o protagonismo de sujeitos historicamente silenciados.
CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (2017)	Políticas públicas e assistência social: Diálogo com práticas psicológicas	Promover um diálogo entre políticas públicas de assistência social e a prática da psicologia.	Evidencia-se a importância de práticas comprometidas com a transformação social e com o fortalecimento de vínculos comunitários.
FREIRE, Mayara Limeira; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira (2020)	Centro de referência especializada de assistência social: Suporte organizacional para atuação do psicólogo	Investigar a estrutura organizacional dos CREAS e seu impacto na atuação do psicólogo.	Identifica-se que o suporte institucional é fundamental para práticas éticas e efetivas, mas ainda há desafios relacionados à precarização do trabalho.
XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira (2019)	Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades	Discutir interseções entre a psicologia comunitária e as práticas na política de assistência social.	Reforça-se o papel da psicologia na promoção da autonomia e no fortalecimento de laços comunitários, com foco em ações coletivas e participativas.
CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa (2018)	Psicologia na assistência social: um campo em formação	Analisar a consolidação da atuação do psicólogo na assistência social.	Conclui-se que a psicologia ainda está em processo de consolidação no SUAS, enfrentando desafios relacionados à formação, identidade profissional e práticas institucionais.

Fonte: Autoria própria, 2025.

3 DISCUSSÕES

Ao analisar o conjunto de textos, fica claro que a atuação da Psicologia Social nas políticas públicas, especialmente na assistência social, tem se construído em meio a muitos tensionamentos. Reis e Zanella (2015) apresentam uma proposta que foge do convencional ao valorizarem oficinas estéticas como instrumento de trabalho. Mais do que uma metodologia, elas oferecem um espaço real de escuta, expressão e reconstrução da dignidade de pessoas em situação de vulnerabilidade. É uma lembrança de que a psicologia não precisa e talvez não deva

se prender apenas aos protocolos tradicionais, mas sim se abrir à sensibilidade e à potência criadora dos sujeitos.

Desta forma, os trabalhos de Senra e Guzzo (2018) e Silva e Carvalhaes (2016) escancaram as dificuldades enfrentadas por psicólogos que atuam na ponta do serviço público. A burocracia, a escassez de recursos e os impasses éticos fazem parte do dia a dia desses profissionais, que muitas vezes se veem obrigados a mediar demandas institucionais e o sofrimento real das pessoas.

Essas análises não romantizam a prática, mas nos fazem refletir sobre o quanto é necessário repensar as estruturas que sustentam (ou limitam) o trabalho do psicólogo em políticas públicas. Já Motta e Scarparo (2018) usam a metáfora da travessia para falar sobre o papel do psicólogo nesse contexto. E ela é bastante apropriada. A atuação na assistência social não é linear, nem confortável. É feita de deslocamentos constantes, de mudanças de rota, de encontros com o inesperado. Não há caminho pronto. O profissional precisa estar em movimento, atento às realidades que se transformam e às necessidades de cada território. Isso exige não só preparo técnico, mas também abertura ao novo e à escuta do outro.

O artigo de Oliveira et al. (2019) traz um aspecto muitas vezes invisibilizado nas práticas em psicologia: a questão racial. A crítica à ausência desse marcador nos estudos e intervenções da área é urgente e necessária. Como pensar políticas públicas realmente eficazes se não considerarmos que a cor da pele ainda determina o acesso (ou a falta dele) a direitos básicos no Brasil? A psicologia social precisa avançar nessa direção, assumindo um posicionamento antirracista que vá além do discurso e se traduza em práticas comprometidas com a equidade.

A proposta metodológica de Soares e Machado (2017), com as “escrevivências”, oferece uma alternativa potente à produção de conhecimento na psicologia social. Ao valorizar as narrativas de vida, principalmente de mulheres negras, o artigo nos lembra que toda teoria nasce de uma vivência, e que não há neutralidade possível quando falamos de sujeitos concretos, com histórias marcadas por opressões e resistências. É uma forma de fazer ciência que aproxima, que humaniza e que quebra as hierarquias tradicionais entre pesquisador e pesquisado.

Por fim, os estudos de Cruz e Guareschi (2017), Freire e Alberto (2020), e Cordeiro e Curado (2018) evidenciam que o campo da psicologia na assistência social ainda está em construção. Há avanços, mas também muitas lacunas, principalmente em relação à formação dos profissionais, que muitas vezes chegam despreparados para lidar com as complexidades da política pública. Isso mostra que ainda precisamos investir mais em espaços de formação crítica

e prática reflexiva, onde o psicólogo possa compreender seu papel não apenas como técnico, mas como agente de transformação social.

3.1 Fundamentos da Psicologia Social no Contexto das Políticas Públicas de Assistência Social

A Psicologia Social oferece uma base teórica essencial para a compreensão dos processos que afetam indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social, sendo, portanto, uma disciplina fundamental no contexto das políticas públicas de assistência social. A partir de uma perspectiva social construcionista, Gergen (2016) destaca que a Psicologia Social investiga como as interações humanas e as relações sociais moldam a identidade, os comportamentos e as percepções dos indivíduos.

No âmbito das políticas públicas de assistência social, a Psicologia Social fornece uma compreensão profunda das dinâmicas de poder, das desigualdades sociais e das interações entre sujeitos e instituições, sendo essencial para formular estratégias que promovam a inclusão e a dignidade humana.

A Psicologia Social crítica, em particular, foca nas relações de poder e na opressão das populações marginalizadas. Segundo Lessa (2019), essa abordagem busca ir além do diagnóstico de vulnerabilidades, propondo ações que visem transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. A Psicologia Social no contexto das políticas públicas permite, portanto, uma visão ampliada das condições de vida das populações em risco social, reconhecendo a complexidade dos fatores que contribuem para a exclusão social e a marginalização.

Além disso, a teoria ecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (2005), é fundamental para a compreensão das interações entre os diferentes níveis de influência no desenvolvimento das pessoas, como a família, a escola, a comunidade e as políticas públicas. Esta teoria oferece um modelo que permite analisar como as condições sociais e econômicas impactam as trajetórias de vida dos indivíduos, sendo essencial para as políticas públicas que buscam promover a equidade e o apoio adequado às populações vulneráveis.

Desta forma, a abordagem sistêmica, conforme descrita por Minuchin (2016), também é uma contribuição relevante para a atuação da Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social. A abordagem sistêmica considera que as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos não podem ser compreendidas isoladamente, sendo importantes as interações e a dinâmica dos sistemas nos quais os indivíduos estão inseridos, como a família e a comunidade.

No campo das políticas públicas, essa abordagem permite a criação de estratégias que fortaleçam as redes de apoio social e a reintegração dos indivíduos nas suas comunidades, promovendo um atendimento mais abrangente e integrado.

Portanto, os fundamentos da Psicologia Social, ao integrar essas diversas abordagens teóricas, oferecem ferramentas valiosas para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de assistência social. A atuação de psicólogos sociais vai além do atendimento individual, buscando contribuir para a transformação social por meio da conscientização sobre as desigualdades sociais e a promoção de práticas assistenciais mais inclusivas e eficazes. A Psicologia Social, portanto, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.2 A Aplicação Prática da Psicologia Social nas Políticas Públicas de Assistência Social

A aplicação prática da Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social tem se mostrado fundamental para a construção de intervenções que atendam de forma eficaz as necessidades das populações vulneráveis. A Psicologia Social contribui para a compreensão das dinâmicas de poder, exclusão e desigualdade presentes em contextos sociais desfavorecidos. Segundo Moscovici (2012), a Psicologia Social investiga as relações intersubjetivas e coletivas, entendendo o indivíduo em seu contexto social, o que é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas também considerem as causas estruturais das vulnerabilidades.

10

Um dos principais desafios na implementação de políticas públicas de assistência social é garantir que essas ações sejam sensíveis às especificidades culturais, familiares e comunitárias dos indivíduos atendidos. Segundo Jodelet (2001), as políticas assistenciais devem ser pensadas de forma a promover a autonomia e a cidadania, evitando o assistencialismo e buscando integrar os sujeitos nas decisões que afetam suas vidas. A Psicologia Social, ao incorporar uma visão sistêmica, permite que as intervenções no contexto das políticas públicas considerem as interações entre diferentes sistemas sociais, como a família, a comunidade e as redes de apoio. Dessa forma, as políticas não se limitam a ações de suporte pontuais, mas se voltam para o fortalecimento da capacidade de auto-organização e de intervenção das populações vulneráveis.

Além disso, a atuação da Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social visa a promoção de uma abordagem mais inclusiva e humanizada. Segundo Hoepers, *et.*

al., (2023), a Psicologia Social contribui para a desconstrução de estigmas sociais e para o empoderamento dos sujeitos atendidos, ao incluir suas vozes no processo de construção das políticas. A escuta ativa e o acolhimento são práticas fundamentais que permitem aos profissionais de assistência social compreender as demandas dos indivíduos de forma mais ampla, respeitando suas experiências de vida e suas identidades. Isso fortalece o vínculo entre o trabalhador social e o usuário, criando um ambiente mais acolhedor e capaz de promover mudanças significativas nas condições de vida dos atendidos.

Diante disso, a Psicologia Social também pode atuar de forma a combater a fragmentação das políticas públicas de assistência social, muitas vezes resultante da falta de articulação entre os diferentes níveis de governo e as diversas áreas de atuação. Segundo Menz; Camargo (2020), uma abordagem sistêmica no planejamento e implementação das políticas de assistência social permite uma integração mais eficaz entre os diferentes serviços e ações oferecidos aos indivíduos em situação de vulnerabilidade. A Psicologia Social, ao enfatizar a importância das redes de apoio e do trabalho conjunto entre diferentes setores, contribui para a criação de um sistema mais coeso e capaz de responder de maneira mais eficaz às complexas necessidades das populações vulneráveis.

Portanto, a aplicação prática da Psicologia Social nas políticas públicas de assistência social é crucial para a construção de um sistema de proteção social mais inclusivo, integrado e capaz de promover mudanças duradouras. A abordagem psicológica permite que as políticas sejam mais do que um simples paliativo, ao integrar dimensões sociais, culturais e psicológicas nas intervenções, buscando transformar as estruturas que geram e perpetuam as desigualdades. Ao adotar essa abordagem, as políticas públicas têm o potencial de promover a autonomia, a dignidade humana e a inclusão social de forma mais eficaz e duradoura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dez estudos apresentados evidencia que a atuação da Psicologia Social no campo das políticas públicas, especialmente na assistência social, é marcada por uma intensa tensão entre teoria e prática, desejo de transformação social e limitações institucionais. Os autores apontam caminhos diversos, mas convergentes, que reforçam a necessidade de uma psicologia comprometida com os direitos humanos, com a escuta sensível e com o enfrentamento das desigualdades sociais.

Os desafios enfrentados pelos psicólogos na rede pública como a burocratização, a precarização das condições de trabalho e os impasses éticos não anulam a potência de sua atuação, mas exigem reinvenção constante das práticas profissionais. Nesse contexto, práticas como oficinas estéticas, escrevivências e metodologias participativas surgem como alternativas viáveis e humanas para reconstruir vínculos, fortalecer subjetividades e fomentar a cidadania dos usuários.

É notável também o apelo por uma formação crítica e sensível às questões de raça, gênero, classe e território, uma vez que esses marcadores são determinantes no acesso aos direitos sociais. A psicologia que atua nas políticas públicas precisa, portanto, se posicionar politicamente, reconhecendo que o sofrimento psíquico está frequentemente enraizado em contextos de injustiça social e histórica.

Os artigos analisados mostram que, embora o campo ainda esteja em consolidação, há avanços significativos na produção de conhecimento e nas práticas que vêm sendo desenvolvidas. Esses avanços indicam um amadurecimento da Psicologia Social no Brasil, que se abre ao diálogo com outras áreas, com os territórios e, principalmente, com os sujeitos que são atendidos pelas políticas públicas.

Assim, é possível concluir que a Psicologia Social tem um papel fundamental na construção de políticas públicas mais humanas, democráticas e efetivas. Para isso, é indispensável que os profissionais da área sejam formados não apenas com conhecimento técnico, mas com sensibilidade ética, compromisso social e disposição para o trabalho coletivo e interdisciplinar.

12

Portanto, mais do que aplicar técnicas, o psicólogo social precisa ser um mediador de processos de escuta, reconhecimento e transformação. E, para isso, é necessário que a própria Psicologia se permita escutar as vozes das periferias, das mulheres negras, das populações vulnerabilizadas e se reinventar constantemente, com humildade, coragem e responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. **Desenvolvimento humano e as políticas sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2018.

CRUZ, Lílían Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. **Políticas públicas e assistência social: Diálogo com práticas psicológicas**. Editora Vozes Limitada, 2017.

FREIRE, Mayara Limeira; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Centro de referência especializada de assistência social: Suporte organizacional para atuação do psicólogo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 167-182, 2020.

GERGEN, Kenneth J. **O eu na sociedade: as relações sociais e a construção do sentido**. São Paulo: Loyola, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOEPERS, Amanda Dias et al. Psicologia Social, políticas públicas e interseccionalidade: análise crítica a partir do curta-metragem Vida Maria. *Conversas em Psicologia*, v. 4, n. 2, 2023.

JODELET, Denise. **Psicologia Social: mente e sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LESSA, Aline. **Psicologia social crítica e as práticas sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENZ, Daiane Medeiros; CAMARGO, Dirceu. **Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica**. *Psicologia Argumento*, v. 38, n. 101, p. 431-449, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINUCHIN, Salvador. **Família e sistema: intervenções clínicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia Social: a teoria das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 230-239, 2018.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares et al. Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em psicologia social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe2, p. e225556, 2019.

REIS, Alice Casanova; ZANELLA, Andréa Vieira. Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, n. 1, p. 17-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p17>. Acesso: 20. Jun. 2025.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 293-299, 2018.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: Impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 247-256, 2016.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427408>. Acesso: 20. Jun. 2025.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, p. 686-699, 2019.